

AMC

1961 NOV 12

Acordo não justifica o recuo do Centrão

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Sob uma explicação que não convence muito, foi adiada a batalha. Deixou de se realizar ontem o confronto entre o Centrão e as forças que seguem a orientação da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Apesar de não terem chegado a acordo algum, as lideranças dos diversos grupos e partidos resolveram esticar a trégua até a próxima quarta-feira, quando se realizará (?) a sessão plenária da Constituinte destinada a votar a alteração do regimento interno que permite à maioria emendar amplamente o projeto oriundo da Comissão de Sistematização.

A impressão que se pretendia dar no Congresso era de um grande acordo em andamento, calcada na evidência de que todos procuram evitar o choque e buscam pontos de conciliação. Mais do que nunca, dizia-se, conversar é preciso, e, por isso, moderados, progressistas, liberais e ritas saudavam o adiamento.

Só que as coisas podem não estar sendo o que parecem. Porque, se o Centrão dispunha de mais de 280 votos, como foi apregoado, e não fez valer a sua força, teve razões que vale a pena perscrutar. Depois de haver levantado e agitado o tapape, hesitou e não bateu. Isso quer dizer que seus principais mentores passam a desconfiar da força do grupo, ou do seu número, comprovado na tarde de quarta-feira? Provavelmente, não. O número existe, e, até prova em contrário, formou-se homogêneo na determinação de rever e modificar em profundidade o projeto de Constituição em exame. Eram 313 os que assinaram o manifesto do Centrão. Na quarta-feira, bateram chapa preliminar com os adversários, vencendo por 271 a 223, decidindo que a sua proposta de mudança do regimento interno seria votada preferencialmente, antes da proposta da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. O fato foi efusivamente comemorado por seus integrantes e apresentado como a primeira vitória. A outra viria no dia seguinte, ontem, em sessão marcada para as 10 horas da manhã. Só que não veio. Alguma coisa aconteceu, algum temor emergiu, algum complicador apareceu. Porque não dá para entender o recuo, mesmo apresentado sob as cores alegres da busca do entendimento.

Certas defeições e ausências surpreenderam, quarta-feira. Ao todo, no PFL, no PMDB e em partidos menores, 32 centristas que haviam assinado o manifesto votaram contra ou não compareceram à votação pela preferência. Parlamentares como Marco Maciel, Saulo Queiroz, Francisco Dornelles, Guilherme Palmeira, Lúcio Alcântara, Joaquim Francisco, Antônio Farias, Mendes Ribetto, Ismael Wanderley e outros ficam devendo uma explica-

ção. Ou não se alinham em gênero, número e grau com as propostas do Centrão, que até ajudaram a formar?

Pode ser que o PFL pretenda uma linha autônoma, lutando desde já pela fixação da candidatura Auréliano Chaves à Presidência da República. Pode ser que idiossincrasias e interesses pessoais tenham levado muitos dos 32 recalcitrantes liberais, do PMDB e de outros partidos, a repensar posições ou, senão, a valorizar o voto do dia seguinte com a omissão da véspera. Tanto faz, pois não foi esse o motivo determinante de os dirigentes do Centrão terem concordado com o adiamento. Há que prospectar mais fundo, ainda. Afinal, mesmo sem os 32, o comarcamento maciço do grupo somaria 281 votos, número necessário para mudar qualquer coisa na Constituinte.

Então... Então, o Centrão recuou. Dizem uns que por ter garantia apenas de poder reformar o regimento, sem saber, depois, que aspectos principais reformar no projeto da Comissão de Sistematização. Não haveria unidade quanto ao mérito. Mas, apenas, quanto à forma.

Para outros, a questão se liga à impossibilidade de os centristas permanecerem em Brasília indefinidamente, até que sejam votados todos os artigos, capítulos e títulos do texto. Seu sacrifício não chegaria a tanto. Nesse caso estaria aberto o perigo de eles aprovarem a reforma do regimento, ontem, mas, a partir da próxima semana, debandarem, deixando de dar número necessário para alterar todas as matérias pretendidas, daqui até os próximos dois ou três meses.

Havia gente estrilando no Centrão, ontem, depois de acertada a trégua. Os mais extremados lembravam a história da eleição de um papa, na Idade Média. Depois de dois anos reunidos em conclave, sem chegar a conclusão alguma, mas beneficiando-se de amplas mordomias, aqueles príncipes da Igreja desperteram a razão e a ira populares. E foram trancados num recinto sem teto, exposto ao tempo e às intempéries, servidos somente de pão e água. Em poucos dias saiu o nome do novo papa.

Fica evidente ser mais fácil manejar cardeais do que deputados e senadores do Centrão, se verdadeira essa segunda interpretação. O que conduz as coisas não à alegre celebração de uma trégua entre as duas correntes parlamentares, como se procurava explicar ontem, mas à constatação de que faltam espinha dorsal e estrutura às forças moderadas. Por isso um acordo seria melhor para elas, mesmo se admitindo a ironia de a guilhotina estar procurando acordo com o pescoço. Ou será que sua lâmina, em vez de aço, é feita de papel?

C.C.

Estranho recorde

As Constituições brasileiras têm batido estranho e irônico recorde. Desde a primeira, outorgada por D. Pedro, em 1824, até a atual, baixada por uma junta militar, em 1969, tem sido fora do comum o número de artigos e de princípios descumpridos e não regulamentados. Pois essas simples figuras de retórica acumuladas ao longo do tempo encontram-se em via de ser superadas por soma de fantasias muito mais numerosa.

E não haverá Centrão que dê jeito, como não adianta argumentar que poderia ter sido muito pior se os anteriores projetos de Constituição produzidos desde fevereiro não fossem expurgados de amplas doses de irrealismo. Mesmo com os expurgos, e não obstante a intenção dos setores moderados da Constituinte, a nova Carta destina-se a provocar, depois do riso, a frustração e o descrédito nas instituições. Desde a extinção da fome, da miséria e da doença por preceito constitucional até a intervenção do Estado nos setores da saúde e da educação, para resolver esses problemas, o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização é irrecuperável. Caso venham a se esforçar, deputados e senadores con-

a caracterização final de dois Brasis: o real e o constitucional.

Essas considerações eram feitas ontem entre as lideranças dos grupos parlamentares moderados, ao tempo em que outra vez se adiava a votação da mudança do regimento interno da Constituinte. Se, no final de tudo, o Centrão puder mudar quatro ou cinco pontos do texto em exame, terá alcançado vitória significativa. As outras dezenas de fantasias permanecerão...